



MUTAÇÕES TÉCNICAS, MUTAÇÕES TECNOLÓGICAS E IMPACTO NO EMPREGO*

Christian Palloix

Professor do Institute d'Estudes du Développement
Economique et Social – IEDES – Paris e da Univer-
sidade de Amiens – Picardie – Diretor do Convênio
CAPES/COFECUB.

Trataremos aqui a questão das mutações técnicas, das mutações tecnológicas e seu impacto sobre o emprego.

Faço uma diferença entre mutações técnicas e mutações tecnológicas que explicarei ao longo da exposição.

Para abordar a questão, deve-se inicialmente analisar as mutações tecnológicas com relação ao emprego, mas, ao fim, será interessante reverter essa lógica, passando então a vê-la como respostas a problemas colocados pelo sistema salarial. E isto dentro da perspectiva já colocada no seminário anterior, a saber, que o taylorismo e o fordismo são apenas respostas, modos de gestão do trabalho.

Vejamos inicialmente alguns dados sobre a evolução do emprego na França:

Transcrição de Conferência proferida no Mestrado em Ciências Sociais em 28/10/88. Responsável pela transcrição da gravação: Maria Carmela Buonfiglio.

Evolução do Emprego na França 1962-1987

Taxa Anual de Variação Média

	%
Assalariado	- 0,06
Agricultura	- 2,3
Indústria	- 2,2
Const. Civil	- 3,8
Terciário:	
Comércio	- 1,1
Educação, Saúde, Colet. Local	- 2,3
Não Assalariados	- 1,3
TOTAL	- 0,2

Por esses dados vemos que, de 1982 a 1987, tem-se praticamente o mesmo nível de emprego assalariado. Isso com relação a uma certa população ativa. Entretanto, como cresce a população ativa e diminui, ainda que levemente, a taxa total do emprego, tem-se um crescimento da taxa de desemprego.

Há profundas modificações entre os assalariados. O assalariamento no setor agrícola é pouco importante, pois este setor ocupa apenas 270.000 trabalhadores; já a indústria, setor principal, ocupa aproximadamente 4.700.000 pessoas. Porém, o emprego industrial diminuiu 1,56% de 74 a 81 e 2,2% de 82 a 87. Neste setor, perdeu-se mais de um milhão de empregos, o que representa mais de um emprego sobre cinco, o que é enorme.

Na construção civil, também devido a evoluções técnicas, perderam-se muitos empregos: uma redução média de 3,8% ao ano.

Apenas o terciário comercial e o terciário não comercial (saúde, educação, coletividade local) continua a criar empregos. Assim mesmo, é preciso ver o que acontece em cada um deles. No terciário comercial, por exemplo, há ramos onde também se dá redução do emprego. A informatização acele-

rada do sistema bancário levou à destruição de muitos empregos nesse ramo. O comércio e o terciário industrial (setor ligado à informatização da indústria) são os únicos a registrar crescimento do emprego. Mas são poucos os empregos criados. Portanto, em termos de evolução, não temos muito movimento.

O emprego entre os não-assalariados (trabalho autônomo, artesanato ou pequeno comércio) também registra perdas de 1,3% ao ano. Então, a solução não está no interior desse não-assalariamento. Na França, a economia informal não aparece como solução ao problema do emprego, ao contrário da Itália e de muitos países do Terceiro Mundo.

Hoje, na França, a taxa de desemprego é superior a 11%. Mas essa taxa de desemprego é contida pelo chamado "tratamento social do desemprego". Algumas atividades de interesse público, (trabalhos de utilidade coletiva), podem contratar jovens pagando a metade do salário mínimo. Ou seja, estes jovens, por um mesmo emprego que outros, receberão apenas a metade (ou seja, um pouco mais de dois mil francos por mês, uma vez que o salário-mínimo é um pouco superior a quatro mil francos). Muitos jovens só conseguem emprego nos trabalhos de utilidade coletiva; outros, realizam estágios. São os estágios de iniciação à vida profissional (SIVP). Deve-se ressaltar que o principal interesse dessas duas medidas é o de retirar os jovens das estatísticas do desemprego. Para as estatísticas oficiais, quando fazem estágios já não são considerados desempregados. Assim, há uma multiplicidade de estágios — e são financiados de maneira a diminuir essa taxa de desemprego.

Entre os ramos industriais que perderam maior número de empregos, destacam-se a indústria siderúrgica, a indústria automobilística, a indústria têxtil, a indústria química e a petroquímica.

Alguns ramos, como as agro-indústrias registraram aumentos, porém, desde 1987, mesmo nelas o emprego declina. Chega-se a uma situação onde todos os ramos da indústria perdem empregos. E lembro que a França continua sendo a quinta ou sexta potência mundial e que a taxa de lucro dessas empresas, desde 1985, aumentava consideravelmente. Nunca a taxa de lucros das empresas foi tão alta, sendo inclusive superior àquelas anteriores a 1974. Portanto, não se trata de um problema de rentabilidade das empresas uma vez que se restaurou tanto a taxa de lucros como seu ritmo. Então, como se explica essa situação? Lembro também

que a França é uma das potências comerciais do mundo, seja ao nível de suas exportações como de suas importações. Apesar de uma certa deterioração em sua balança comercial, a França continua sendo um grande exportador. Como explicar essa situação? E, ao mesmo tempo, não se vislumbram soluções. Certas análises, na França, colocam a necessidade de um novo crescimento da indústria. Mas que crescimento é esse? Que ramo industrial será capaz de criar empregos? Que modelo de crescimento adotar? Não estamos mais no período 1950-74. A explicação se encontra no âmbito das mutações tecnológicas.

Ao nível das aplicações tecnológicas no processo de trabalho, a França é hoje um dos países mais avançados. Aqui deve-se distinguir duas coisas: a) a aplicação de novas tecnologias no processo de trabalho – e é isso que chamamos de mutações tecnológicas; b) o surgimento de produtos novos que estão relacionados com o consumo final, como por exemplo, aparelhos médicos de alto nível tecnológico, novos produtos das telecomunicações – como as redes de comunicação com fibra ótica.

A França não se destaca no desenvolvimento de novos produtos tecnológicos. Por isso, apela para outras potências (EUA, Inglaterra, Japão) para se provisionar. Importa desses países tecnologias que modificam o processo de trabalho. Ainda para esclarecer essa questão, cito o caso da Associação de Engenheiros da Escola de Minas que publicou em seus anais (ANAI DE MINAS), no início de 1988, um artigo onde se pedia uma pausa na aplicação de tecnologias na França, porque esse ritmo acelerado levaria a uma catástrofe social. A França já se encontra num nível de aplicação tecnológica muito mais alta que a Inglaterra, ou mesmo que o Japão. Portanto, temos uma situação específica, particular.

É preciso distinguir o que se chama de mutações técnicas clássicas do capitalismo e estas mutações sociais.

Utilizarei a concepção marxista clássica do processo de trabalho para explicar as mutações técnicas e as mutações tecnológicas. O processo de trabalho, segundo Marx, define-se a partir de três elementos básicos: trabalho, o sistema de máquinas e as matérias-primas sobre as quais essas máquinas atuam. O trabalho é o operador do sistema de máquinas que transforma as matérias-primas ou semi-produtos em mercadorias sob a base de um processo de transformação que pode ser mecânico ou de natureza físico-química. (Há dois grandes processos de transformação da matéria-prima: transforma-

ção mecânica ou transformação físico-química, por exemplo, uma usina de açúcar).

Temos o sistema de máquinas que se pode definir como desenvolvimento do maquinismo. O sistema técnico é parte integrante do sistema de maquinismo e em seu desenvolvimento *jamaiz* modifica a relação entre o trabalho, o sistema de máquinas e a transformação de matérias-primas ou semiprodutos na produção de mercadoria ou valores de uso.

As mutações técnicas anteriores se traduziam de um lado por uma compressão dos efetivos, mas por outro, pela geração de novos ramos industriais e de novos empregos. Isso permitiu incorporar constantemente novas quantidades de trabalho e a ampliação do processo de trabalho. Portanto, o desenvolvimento técnico não era contraditório com a incorporação de novas forças-de-trabalho. Certamente havia momentos de recuo, onde se registraram tentativas do movimento operário no sentido de destruir as máquinas, porque provocavam desemprego. Isso se deu na indústria têxtil. Na indústria da seda, em Lyon, também ocorreu um movimento semelhante de rejeição ao maquinismo. Mas, o maquinismo se impôs, foi aceito, de certa forma, porque se relançava a máquina com a criação de novos empregos. E isso facilitou sua absorção.

O sistema baseado no maquinismo incorporava força-de-trabalho em torno dos postos de trabalho, através da ampliação da produção ligada à *aditividade* desses postos de trabalho. —A medida que aumentava a demanda, criavam-se novos postos de trabalho e a adição desses postos — nas oficinas, nas linhas de montagem — permitiu o que os economistas chamam de “economia de escala”. A partir do posto de trabalho ocorre um fenômeno chamado de “*aditividade*”: é possível aumentar, mutiplicar esses postos e a soma sempre é superior àquela das partes. Temos aí uma economia de escala e um rendimento superior. Quando se visitam antigas fábricas, encontramos uma combinação de elementos diferentes, reunidos quase sem logicidade: gerações diferentes de máquinas que, às vezes, convivem numa mesma linha de produção. simplesmente porque as coisas foram se acrescentando.

Atualmente, na França, não mais nos encontramos diante desse processo de trabalho típico de uma empresa taylorista, que gira em torno do posto e da aditividade. Com as mutações tecnológicas surge um novo processo de

trabalho — diante do qual nos encontramos — e que modifica toda a organização capitalista. O processo de trabalho não é mais o mesmo, principalmente porque se dá a autonomização do sistema tecnológico. De fato, torna-se ele o operador do sistema de máquinas na transformação das matérias-primas e dos subprodutos. O trabalho passa a ser apenas o controlador do sistema tecnológico. O operador do antigo processo de trabalho (empresa taylorista) é o trabalho (que opera o sistema de máquinas). No novo processo de trabalho o sistema tecnológico torna-se o operador do sistema de máquinas. Portanto, agora tem-se um sistema de máquinas que continua a se desenvolver com inovações desse mesmo sistema e há também um sistema tecnológico que o substitui e que se autonomiza, passando a conduzi-lo. Então é preciso uma clara distinção entre sistema tecnológico e sistema de máquinas.

O sistema tecnológico evoluiu dentro de três etapas: primeira, automação; segunda, informatização industrial e informatização de processos; terceira, gestão da produção. A fase de automatização (ou automação) é a melhor conhecida. Por exemplo, na indústria mecânica se dá com a introdução de robôs. E estes são apenas cópias do antigo processo de trabalho; ou seja, copiam o homem enquanto operador do sistema de máquinas. Pode-se dizer que o robô representa uma inovação sem inovação, porque não há uma ruptura com o antigo processo de trabalho: com ele apenas se copiam os gestos do trabalho de operários menos qualificados, os gestos mais simples — como cortar, soldar — passíveis de reprodução. Trata-se, enfim, de uma etapa de automação destinada a assegurar basicamente a continuidade, a fluidez da produção. Isso, de maneira geral, nas indústrias de processo de transformação mecânica. Se voltarmos àquela de processo físico-químico da matéria, onde encontramos sistemas de válvulas, trocadores de calor, compressores, veremos que a regulação também é mecânica. Um regulação que ainda apela a intervenções humanas (para regular válvulas, temperatura, etc.) e que permite o fluxo contínuo através do desenvolvimento do trabalho em grupo.

Na França, a maior parte dos ramos industriais já passou por este estágio de automação. Alguns exemplos: indústria automobilística, siderúrgica, têxtil, agro-alimentícia. Trata-se de uma fase generalizada. (Encontram-se, é claro, algumas empresas isoladas que permanecem no antigo sistema; mas constituem exceções). Já nessa fase se dá a supressão de empregos e modifi-

cações nas qualificações.

A segunda etapa – informatização industrial – é também bem conhecida. Trata-se simplesmente da aplicação da informática no controle do sistema de máquinas. Através de programas definem-se as informações que são transmitidas ao sistema de máquinas; novas informações retornam à sala de comando. O trabalho nada mais é do que o controle do funcionamento do sistema de informática. *Há uma desertificação das fábricas*; tudo passa a ser regulamentado pela informática. Uma única pessoa a partir de uma sala de controle intervém na regulamentação global. Portanto, há diferentes níveis de informatização; existem algumas relativamente vulgares, sumárias, mas cada vez mais a informatização se torna sofisticada; novos programas permitem intervir cada vez mais sobre a quantidade e sobre a própria definição dos produtos. Por exemplo, na siderurgia, produzem-se mais de 10.000 produtos de aços diferentes e o produto final é determinado a esse nível. Quando se visita uma fábrica siderúrgica hoje, quase não se encontram pessoas. Apenas alguns indivíduos em salas de controle, diante de painéis, vigiam o processo.

Esta segunda fase vai se traduzir por uma compressão de empregos considerável e, ao mesmo tempo, por modificações do ato do trabalho. Este, não estará mais ligado a um posto, mas sim a uma função, ou melhor ainda, *ao conjunto de funções*. Por exemplo, na indústria química ou na petroquímica, o agente que se encontra numa sala de controle não somente tem conhecimento do processo de produção que está supervisionando, mas ao mesmo tempo, ele é químico – é ele quem faz os levantamentos necessários, verifica a qualidade do produto no laboratório, que fica imediatamente contíguo à sala de controle; e é ele ainda que vai assegurar a manutenção e o conserto (pequenas reparações) do sistema de máquinas sobre o qual intervém. Portanto, ele se torna *polivalente*, com um nível de conhecimento extraordinariamente amplo. Diante disso, já não se pode mais aceitar aquelas teorias da desqualificação do trabalho. Mesmo no antigo sistema já eram passíveis de críticas.

Nunca fui adepto da (teoria da) desqualificação, porque constantemente há desqualificações e requalificações. Neste caso, por exemplo, já se trata de requalificação ao nível das funções, o que é uma modificação radical.

As empresas não se detêm nisso e passam ao que se chama de “gestão

da produção”: ou seja, a conexão entre uma gestão informatizada do comercial, da gestão das mercadorias e até mesmo do trabalho. Faz-se a conexão entre a mercadoria, a entrada da mercadoria no mercado e a produção. Ou seja, o antigo processo de trabalho que visava a produção de mercadorias foi relativamente afastado do conteúdo da mercadoria – do seu valor de uso, de seu preço, de seu mercado e até mesmo de sua qualidade. Havia um corte aí: antes, a gestão era assegurada e realizada no sentido clássico original, havendo “ordens de produção” dadas e às quais os operários se conformavam, sem saber muito bem a que isso correspondia. Agora, através da conexão entre a gestão comercial informatizada e a gestão informatizada do processo aumentaram as exigências da mercadoria, tais como qualidade, preço, mercado, a própria rentabilidade do processo e da função no próprio sistema tecnológico. A isso se chama “*gestão de produção*”. Ou seja, pede-se uma cultura operária que integre ao nível da função os critérios de rentabilidade do capitalismo e do próprio mercado capitalista. Isso exige uma mudança de comportamento, uma cultura inteiramente nova, que modifica profundamente a cultura operária. Essa gestão da produção se traduz também pela supressão de empregos, sobretudo ao nível de serviços. Isso explica porque o terciário entra – e entrará cada vez mais profundamente – nesse processo. Na França, hoje, este movimento está generalizado.

Podemos ver três etapas na evolução das estratégias industriais a partir da segunda guerra mundial. A primeira, que podemos situar entre 1950 e 1974, correspondeu a uma elevação considerável da capacidade e da dimensão das empresas. Assim, por exemplo, na siderurgia, passou-se de uma produção de mil toneladas para um milhão de toneladas. E esse crescimento também se generalizou na indústria química, na indústria do cimento, etc. Neste período, registrou-se também um crescimento considerável, uma explosão, das unidades fabris; ao mesmo tempo, aumentaram-se as normas de produtividade.

A partir da crise de 1968 até 1974, temos uma segunda e oposta fase que corresponde a uma contração do capitalismo: temos agora a redução desses estabelecimentos. Essa redução continua, mas agora buscando a elevação dos níveis de produtividade.

Com a automação e informatização industrial, entramos na terceira e última fase. Novamente as indústrias européias retomam o crescimento

de suas unidades, num movimento que provoca concentração da produção, uma vez que alguns estabelecimentos crescem, enquanto outros são fechados, porque estamos numa situação onde não mais ocorre crescimento da demanda. Cai a demanda de automóveis, assim como se reduz a demanda nas indústrias agroalimentares, têxteis, etc. Estamos, em termos, numa situação de estagnação. A indústria automobilística é pioneira desse processo de fechamento e concentração. Por exemplo, a Renault-Billancourt vai fechar. Na indústria química isso começa a se desenvolver. Outro caso, o do grupo Ferrutti ilustra bem a situação.

Este grupo, junto com o grupo Benedetti – ambos italianos – representarão uma das pontas-de-lança do capitalismo europeu. Ambos, antes que grupos industriais são grupos mais voltados ao comércio. Para eles, a indústria representa apenas um meio, uma aplicação de suas estratégias, muito na tradição da economia italiana de grandes mercadores. Ferrutti iniciou seus negócios com o trigo, com uma frota no Mediterrâneo, depois na Inglaterra, na América Latina, nos E.U.A., Trata-se, enfim, de uma organização de capital comercial que se volta para a indústria. Agora controla alguns setores da química e toda a indústria agroalimentar. Entre suas estratégias encontra-se por exemplo, a da gestão industrial de excedentes de cereais na Europa (trigo, milho, açúcar). Que aplicações industriais se pode ter a partir desses cereais? Como há excedentes, e uma vez que é preciso solucionar o problema dos camponeses, a Comunidade Econômica Européia (CEE) subvenciona esses produtos. Tais subsídios acabam por rentabilizar as indústrias. Então, Ferrutti, aumenta certas atividades, certas plantas industriais (amido, por exemplo), fechando outras. Recentemente, uma de suas fábricas, que no final dos anos 70, ocupava mais de 900 pessoas, só vai empregar, em 1990, 300 pessoas. Ou seja, vai funcionar apenas com um terço do pessoal e ainda com maior capacidade produtiva. Agora, é evidente que algum outro estabelecimento será fechado.

Outro exemplo: na produção de cerveja, o grupo Hainnekem definiu uma nova norma de produtividade internacional; todos os cervejeiros europeus a seguem. Segundo essa norma, a produção de um desses estabelecimentos é no mínimo de 2 milhões e meio hectolitros; a produtividade por trabalhador, sobe a mais de 9 mil hectolitros por ano. Porém, hoje na Europa, a produção desses estabelecimentos é inferior a 1 milhão de hectolitros. Então, através da informatização ocorre uma compressão fantástica de pessoal com

o fechamento de vários estabelecimentos. Conhecem bem a história do exercício desse fechamento acompanhado por um considerável aumento da produtividade na indústria siderúrgica.

Atualmente, toda a indústria entrou nesse processo definitivamente. Um grupo francês, que apresenta uma taxa de lucro das mais elevadas, entrou na informatização industrial e anuncia demissões consideráveis. Portanto, a questão que se deve colocar, no caso da França, é: "por que essa aplicação acelerada e generalizada, que ocorre mesmo em empresas muito lucrativas?" E ainda: a que mudança social isso corresponde, que mudanças sociais provoca?

É preciso fazer a inversão da proposta e pensar agora nas conseqüências que essas mudanças tecnológicas têm sobre o nível do emprego. Vamos então voltar e fazer a interpretação desse fenômeno sob esta ótica.

A primeira conseqüência é a contração generalizada do emprego. Mas a direção das empresas faz um termo de compromisso com as populações em questão de maneira que o choque social seja minimizado ao máximo. As empresas deixam de contratar, adota-se a aposentadoria antecipada (muitos se aposentam aos 55 anos, com 60 a 75 por cento do valor da aposentadoria integral ao invés de aos 65 anos; só quando atingirem a idade oficial receberão a aposentadoria integral. A maior parte do valor da aposentadoria antecipada é paga pelo Estado e só uma pequena parte pela empresa). Um grande contingente de trabalhadores vem sendo submetido à aposentadoria antecipada. Outra estratégia que vem sendo utilizada por essas empresas consiste no encorajamento ao retorno dos imigrantes ou, mais simplesmente, na dispensa pura e simples do trabalhador imigrante. Em resumo, uma parte da população operária, na faixa de 55 a 65 anos, foi rejeitada; os imigrantes também o foram; os jovens não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Continua existindo uma população empregada e sindicalizada que tem a impressão de manter o emprego através de projetos micro-econômicos. Não se dão conta do que está acontecendo a nível macro.

Tudo isso se traduziu, em 1985, numa taxa considerável de desemprego dos jovens: 40 por cento. Posteriormente, com a aplicação das medidas especiais de controle do desemprego, essa taxa baixou para 20-25%. Curiosamente não foi a esquerda e sim a direita que se apercebeu da gravidade

desse desemprego e implementou um conjunto de medidas (medidas Ségard) que permitiram reduzir, ainda que um tanto artificialmente, o desemprego entre os mais jovens. Não obstante, a situação é explosiva.

Vejam agora a questão, segundo categorias de qualificação:

- a) em 85, a taxa de desemprego entre os jovens com diploma profissionalizante era de 50%, ou seja, um de cada dois jovens não encontrava trabalho e aquele que conseguia um emprego, geralmente o encontrava fora de sua qualificação; (portanto, um trabalho não-qualificado);
- b) aqueles com diploma de 2o. ciclo completo (colegial) apresentavam uma taxa de desemprego de 25%; ou seja, um entre quatro deles tinha a certeza de não conseguir trabalho;
- c) somente com o nível superior completo, a taxa de desemprego chegava à média nacional de 11%;
- d) já para a categoria sem diploma profissional, elevava-se a níveis de 65-70%;
- e) finalmente, todos os chamados "imigrados de segunda geração" podiam ter a certeza de nunca encontrar emprego.

As mudanças tecnológicas trarão profundas modificações na estrutura operária. Temos que considerar com cautela essa estrutura, porque se trata de uma estrutura por qualificações. A classe operária francesa aparece desqualificada, porque é uma classe operária composta basicamente por três elementos: camponeses, mulheres e imigrantes. Se observarmos a qualificação dessa classe operária em seu conjunto, no período 84-85, temos que 80% dela tem apenas estudos primários ou nem isso. Trata-se de uma classe operária de qualificação cultural muito baixa, sobretudo quando comparada com a classe operária na Inglaterra ou na Alemanha. E isso depende justamente da presença de mulheres, camponeses e imigrantes, que possuem baixo nível de escolaridade.

Então, o que acontece com esse conjunto? Como não há contratações, apesar da rejeição dos elementos de 55 a 65 anos, essa população envelhece. Portanto, a primeira questão a destacar é o envelhecimento da classe operária.

Não obstante tudo isso, a direção das empresas vai se reorganizar com as novas tecnologias – e isso num tempo muito curto. Entretanto, as pessoas que acompanharão essas transformações e que hoje tem 40, 45 anos, logo estarão na idade da aposentadoria antecipada, portanto, logo estarão

saindo. Isso não obstante terem adquirido uma conduta tecnológica nova, que implica em polivalência e em novas funções. Então, estamos diante de uma contradição fantástica por parte das empresas. E ela nasce do fato dessas empresas quererem evitar conflitos com as populações ocupadas, além de também limitar greves.

Já ocorria um conflito social considerável com relação à questão das aposentadorias sem novas contratações e com relação às demissões. Os sindicatos as fiscalizavam para evitar a ocorrência de demissões seguidas por contratações. (Efetivamente, para aquele que é demitido não é muito agradável saber que outro será contratado em seu lugar).

Vejam a segunda questão: a posição das mulheres. Desde 1985 elas, que não eram tão atingidas pelas demissões, também o são. Depois dos trabalhadores imigrantes, são as mulheres a categoria mais atingida pelas demissões, principalmente a partir do desenvolvimento do trabalho em grupo. As empresas alegam que mulheres não podem trabalhar em grupo. E há ainda a legislação que proíbe o trabalho noturno para a mulher. Assim, as mulheres acabam preteridas e expulsas.

A automação e a informatização vão acarretar, sobretudo, uma grande desestruturação das categorias ocupacionais com a redução dos operários. Isso porque, as requalificações dos menos qualificados, assim como a questão imigrantes-mulheres, constitui outra saída para o desemprego. Mas esta requalificação entra em contradição com as conquistas dos operários profissionais e daqueles altamente qualificados. Estes, geralmente atuam na manutenção e no conserto. A requalificação dos não-qualificados com base na polivalência fragiliza, com conflitos internos, todos os antigos coletivos de trabalhadores mais qualificados. Dizia há pouco, que o operário não é somente aquele que conduz o sistema de máquinas na sala de controle. Ele é também químico, operário de manutenção. Por isso, ao se querer ampliar sua gama de função, entra-se em conflito com o pessoal de manutenção. Para atenuar o conflito, a direção das empresas subtrai a manutenção e a reparação de suas possibilidades. Mas, isso acentua ainda mais a disputa introduzida pela informatização. Obviamente, tanto os operários profissionais como os altamente qualificados serão levados a se reposicionar dentro da empresa.

É bem verdade que, apesar de tudo, houve algumas contratações provocadas pela informatização e pela gestão da produção. Geralmente,

contratações de pessoal com formação tecnológica superior (Universidades Tecnológicas, com cursos de 2 a 3 anos de duração). E quem são os alunos dessas Faculdades? São os filhos da pequena-burguesia, que são recrutados como técnicos, mas para realizar um trabalho de operário de fabricação e controle das operações do sistema tecnológico, substituindo contramestres e operários altamente qualificados. O trabalho de fato é de operário, porque se insere na fabricação. E isso traz muitos problemas, tais como considerável taxa de turn-over, recusa desse tipo de trabalho (querem passar para o trabalho comercial).

Ou ra camada afetada é a dos contramestres. Esta, geralmente se forma a partir dos operários profissionais e que ascendem na hierarquia da empresa. Com a informatização, com a automação são massivamente expulsos. Na Renault, o principal problema social foi o de eliminar os contramestres, camada inapta para acompanhar a incorporação de novas tecnologias.

Nesse quadro, tudo se modifica, tudo cai e a perseguição sociológica da classe operária também muda. Nessa situação, os sindicatos tem uma grande dificuldade em se posicionar, porque sua base é formada pelos operários profissionais, pelos qualificados. Sua base sociológica está muito fragilizada; então, crise sindical. Como incorporar essa camada de operários não-qualificados que, a nível de delegados de fábricas tinha sido deixada de lado e que agora se requalifica? Como incorporar a camada dos técnicos? Os sindicatos estão desorientados.

Podemos então voltar agora à questão formulada, ou seja: *a que correspondem essas novas tecnologias com relação ao capitalismo francês e europeu?* Pode-se levantar a hipótese de que todo desenvolvimento do capitalismo é uma nova forma do processo de "mis-au-travail". (*) O capitalismo francês se desenvolveu com base nessa camada particular (camponeses, mulheres e imigrantes). De 70 a 84, constitui um sistema salarial fechado, acabado. Como abri-lo? Em que se sustentará a nova mis-au-travail? E sob que forma?

Como não tenho respostas, serei bastante cauteloso. Podemos apenas descrever o que está ocorrendo, pois temos uma limitação de perspectiva histórica. As novas tecnologias trazem uma desarticulação do assalariamento necessária ao capitalismo, porque assim lhe permite incorporar ou reinjetar novas camadas, numa nova "mis-au-travail" no processo de trabalho industrial. Ainda não se chegou a esse momento. Estamos numa fase inter-

mediária. Qual será a categoria que será reinjetada? Será justamente aquela que hoje é excluída, mas que dentro de 4, 5 ou 10 anos será reinjetada de uma nova maneira. Talvez o problema político, durante os próximos dois anos, será trabalhar sobre os jovens.

Em toda essa problemática, para mim, taylorismo e fordismo são apenas formas de gestão técnica da "mis-au-travail". As novas tecnologias, no momento, correspondem a um enfraquecimento dos assalariados, desempenhando assim um papel. Enfraquecem a posição salarial e sindical. Tem um papel negativo, não positivo (positivo ao nível de rentabilidade provavelmente). Mas que papel histórico deverão representar com relação ao trabalho? A questão está em aberto e eu só posso levantar uma hipótese. E o Terceiro Mundo? E a aplicação das novas tecnologias no Terceiro Mundo? No dia que as novas tecnologias chegarem aqui, como aplicação no processo de trabalho, o choque social poderá ser ainda mais forte que nos países desenvolvidos.